



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

28

119

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0129.510-5/01- RECIFE-PE

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

EMBARGADO: SANDRA MARIA ALVES DA SILVA SOUZA

ADVOGADO: Antônio Eduardo de França Ferraz

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

5522

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENSIONISTA. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO LEI 11.718/99 ESTENDIDA À PENSIONISTA. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER REMUNERATÓRIO GENÉRICO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração de nº 0129.510-5/0, em que figuram como embargante Estado de Pernambuco e outro, e como embargada Sandra Maria Alves da Silva Souza, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem o Segundo Grupo de Câmaras Cíveis, acordam o seguinte: "POR UNANIMIDADE, FORAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR" tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGO DECLARATÓRIO Nº 0129.510-5/01 - RECIFE-PE

EMBARGANTE ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

EMBARGADO SANDRA MARIA ALVES DA SILVA SOUZA

ADVOGADO Antônio Eduardo de França Ferraz PE 016101

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos contra o Acórdão de fl. 99, desse E. Segundo Grupo de Câmaras Cíveis, nos autos do Mandado de Segurança de nº 0129.510-5, em apenso, assim sumariado:

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO LEI 11.718/99 ESTENDIDA À PENSIONISTA. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER REMUNERATÓRIO GENÉRICO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE E AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - REJEITADAS. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME

Mandado de Segurança impetrado com a finalidade de ser estendida à pensionista a gratificação de incentivo instituída pela Lei 11.718/99, de natureza remuneratória genérica, já paga aos Policiais Militares ativos, em razão das disposições contidas na Constituição Federal, onde determina que pensionistas recebam o valor integral dos vencimentos dos ex-servidores com se vivo estivessem.

Concessão da Segurança em face da existência de direito líquido e certo amparado pela Carta Política Nacional. **ACÓRDÃO** - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança de nº 0129.510-5, em que figura como Impetrante Sandra Maria Alves da Silva Souza e Impetrado o Secretário de Administração e Reforma do Estado de PE e outro. **Acordam** os desembargadores integrantes do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis, por unanimidade de votos, na conformidade da ata de julgamento anexa - **CONCEDER A SEGURANÇA** frente ao direito líquido e certo da impetrante amparado pela Constituição Federal de conformidade com termo de julgamento fl. 90 e o voto do Relator fls.91/96.Recife, 31 de agosto de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta. Relator

Procura o Estado embargante, em suas razões recursais, demonstrar o desacerto da veneranda decisão embargada, e anotar que houve omissão e contradição quando afirma sucintamente que o pleito é para que seja paga a referida gratificação sobre pensão especial, vantagem não previdenciária que é concedida aos beneficiários de militares que morreram em serviço, sendo um contrassenso conceder o pagamento da GI sobre a pensão especial.

As contrarrazões apresentadas as fls. 19/22, rebatem in totum àqueles argumentos.

É o relatório no que interessa.
Recife, 23 de dezembro de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

30

121

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGO DECLARATÓRIO Nº 0129.510-5/01 - RECIFE-PE

EMBARGANTE ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

EMBARGADO SANDRA MARIA ALVES DA SILVA SOUZA

ADVOGADO Antônio Eduardo de França Ferraz PE 016101

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

VOTO DO DES. RELATOR

Nada a aclarar no Acórdão embargado, não passando os aclaratórios de tentativa inútil de modificar a decisão alcançada: daí o seu caráter infringente.

As questões postas no mérito foram examinadas e decididas pela Câmara Julgadora, não havendo contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pelo Embargante. Tal circunstância, porém, não enseja a revisão da matéria como pretende o Estado Embargante.

No voto lançado por ocasião do julgamento do Recurso de Apelação de nº 0185.935-4, em apenso, enfrentou-se, de forma direta, o questionamento da aplicabilidade da gratificação de incentivo instituída pela Lei 11.718/99, apresentando casos assemelhados, em que esta Corte posicionou-se estendendo, a dita gratificação, aos policiais civis aposentados e às pensionistas.

PONTES DE MIRANDA, com adequação ao caso, preleciona que, nos embargos declaratórios, “não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima”

O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos julgamentos, vem decidindo no sentido de que “os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal”. revelando-se incabíveis “quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal...” (RTJ 173/29, Junho/2000).

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES “não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não” (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz “que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia.” (RT 413/325).

Nestas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a “ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

observada a "res in judicium deducta", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado." (cf. RJTJSP 111/114)".

O art. 535 do Estatuto de Ritos descreve como prerrogativa os pontos a serem destinados aos Embargos Declaratórios e mesmo com fim de prequestionamento, devem ser observados os lindes traçados neste artigo.

A pretexto da existência de vícios de procedimento, não há como se admitir, jamais, por ser juridicamente impossível, o manuseio dos aclaratórios com o propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova.

Por tais fundamentos, voto no sentido de *rejeitar* os presentes Embargos.

É como voto.

Recife, 06 de Janeiro de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator